

O SUSTENTÁVEL

DESENVOLVIMENTO DA PAZ

José Manuel Pureza

Paula Meneses

1. Nascidos como forma de conhecimento crítico – comprometido com a materialização de um projecto normativo e emancipador – os estudos para a paz são facilmente cooptáveis para integrarem o bloco discursivo e ideológico hegemónico. O projecto que animou os *founding fathers* da *peace research* foi o de operar um corte drástico com a tradição positivista-realista em Relações Internacionais e com os respectivos olhar e discurso legitimadores das práticas de dominação por eles cobertas.

A confluência do que começou por ser uma pequena linha de água com outras pequenas linhas de água – do feminismo ao ambientalismo – determinou a formação de uma forte corrente em que a ambição emprestada ao conceito de paz foi sendo sucessivamente alargada. Assim, à paz negativa como mera ausência de conflito, os estudos para a paz sobrepuseram a paz positiva (agregação dinâmica de paz directa, de paz estrutural e de paz cultural), o feminismo adicionou a paz como distanciamento dos

sistemas subtis de dominação secularmente cristalizados e o ambientalismo juntou a paz holística, feita de busca da harmonia com toda a criação.

A radicalidade da alternativa tende, pois, a ser expansiva no plano conceptual. Mas não assim no plano das políticas que se pretendem de materialização deste universo de conceitos. Talvez se possa afirmar que se até agora os estudos para a paz foram uma alternativa ao sistema de poder internacional, correm hoje o risco de passarem a ser uma instância de legitimação e sofisticação desse mesmo sistema de poder. Não é certamente um acaso que os principais centros de investigação neste domínio tenham passado de um perfil de trabalho quase exclusivamente centrado sobre a elaboração teórica para uma crescente utilização como plataformas de prestação de serviços de consultoria no âmbito de operações internacionais “no terreno”. O risco de instrumentalização é, pois, grande, e tanto maior quanto é sabido que a *peace research* sempre se entendeu a si própria como um campo de investigação-acção. O que está em causa não é esse abandono da pureza teórica mas sim a perda de capacidade crítica perante os emergentes sistemas de dominação internacional.

2. É porventura nos processos de reconstrução pós-conflito que esta ambivalência dos estudos para a paz está mais evidenciada. O que resulta muito claramente destes processos é que aquilo que foi enunciado como uma terapêutica infalível contra as ineficiências económicas do Estado desenvolvimentista ou contra os abusos de direitos básicos pelo Estado autoritário é hoje fonte primordial de falência ou fracasso do próprio Estado na oferta de bens públicos básicos, dando origem, num caso como no outro àquilo que se vem designando como os “medos de segunda geração”. O modelo neo-liberal de Estado que serve de matriz às políticas de reconstrução veiculadas pelos chamados doadores (tanto a nível bilateral como multilateral) está inegavelmente na raiz

da criação de condições para a substituição de condições de violência militar por formas de violência social disseminada (frequentemente de altíssima intensidade) associadas à renegociação da estrutura de classes, à contracção do Estado social e à imposição de mobilidades precarizantes. São as novas guerras (Kaldor), as novíssimas guerras (Moura) ou as guerras de desespero (Marshall) que presentemente desafiam a uma hermenêutica da suspeição dos estudos para a paz relativamente a novos realismos, ainda que travestidos de missionação democrática.

Que desafio é esse, verdadeiramente? Cremos que ele se resume basicamente numa palavra: sustentabilidade. De algum modo, os estudos para a paz estão hoje, em nossa opinião, confrontados com um repto idêntico àquele que se colocou na reflexão sobre processos de desenvolvimento económico a partir da década de 80. Assim como, nesse outro terreno, se foi tornando evidente que o prosseguimento de políticas de desenvolvimento mergulhadas numa miopia deliberada relativamente ao esgotamento da base física de recursos resultaria em catástrofe a prazo, assim também se torna hoje evidente que o objectivo de construção de uma paz sólida requer um distanciamento crítico relativamente a todas as fontes de violência, mesmo (e sobretudo) quando estas aparecem sob as vestes de instrumentos normalizadores ou redutores da violência mais epidérmica. Mas o desafio não se esgota aqui. Há lições a aprender com a forma como a exigência de sustentabilidade foi assimilada pelas políticas de desenvolvimento. Aquilo que seria, originariamente, uma base para políticas radicalmente distintas, tornou-se, no conceito de desenvolvimento sustentável – ou, pelo menos, nas práticas dominantes a ele associadas – uma forma de salvar o *buisness as usual* dando-lhe uma tonalidade ligeiramente mais esverdeada.

O desafio de uma paz sustentável não pode, em nosso entender, significar menos do que um distanciamento inequívoco das receitas institucionais, das relações de poder

e dos códigos de relacionamento social que o neo-liberalismo transporta consigo. O que significa muito concretamente que colocar o objectivo de uma paz sustentável no horizonte dos processos de *peace-building* passa não só pela erradicação da guerra e das suas sequelas imediatas, como pela criação de condições para impedir que a violência militar se venha a substituir, a curto ou a longo prazo, uma violência social com intensidade crescente, traduzida em índices de violência doméstica exponencialmente aumentados, em taxas de homicídio por armas de fogo igualmente elevados, ou na configuração do relacionamento entre forças políticas e entre elas e população em geral em termos verdadeiramente clonados da anterior relação entre exércitos ou bandos armados rivais e entre estes e a população civil (numa inversão do tradicional pensamento de Clausewitz, isto é, no encarar da política como continuação da guerra por outros meios).

3. Neste contexto, os estudos para a paz carecem de uma profunda descolonização. O que foi até agora uma (boa) elaboração conceptual a partir do Norte, precisa cada vez mais de aprender com o Sul e as suas singularidades. A começar pela própria constatação de que, não obstante a vulgaridade da consideração do chamado terrorismo global como a abertura de um capítulo novo de deslocalização e desterritorialização absoluta da violência extrema, a verdade é que a violência generalizada (muitas vezes sob a forma de guerra) passou a ser uma característica estrutural da condição periférica no sistema mundial. Perdoem a ironia, mas é grande a tentação de dizer que a paz e a guerra são, apesar de tudo, coisas muito mal distribuídas à escala mundial...

Mas para lá desta percepção da guerra como condição social estrutural da periferia, é sobretudo no que respeita à construção da paz que há que abrir cada vez mais os estudos para a paz a fórmulas e experiências que radicam nos actuais territórios

de violência e de conflito. O que significa então aprender com o Sul no campo próprio dos estudos para a paz? Propomos três vectores de reflexão.

a) O primeiro é o da relativização *dos modelos pré-formatados de boa governação*. Os consensos patentes na literatura sobre processos de reconstrução pós-bélica são precipitados no que toca ao modelo institucional. A emergência e multiplicação de Estados falhados ou colapsados não é evidentemente indiferente ao viés desse modelo. Viés que se traduz na pré-determinação de um quadro institucional como se ele fosse automaticamente materializador de horizontes de pacificação tidos por indiscutíveis. Esses horizontes são os da inexistência de conflito armado aberto e da construção de uma democracia política ajustada a uma economia de mercado. O investimento dos processos de paz na criação de um aparelho de Estado decalcado do das democracias liberais (designadamente num parlamento multipartidário, num executivo de origem pactuada e num sistema judicial afirmativo) testemunha a centralidade actual desta tendência para construir uma espécie de paz democrática *taylor-made*.

Há nesta pré-determinação institucional uma clara inversão da ordem das coisas. A prevenção do colapso estatal como requisito para uma paz viável arranca da definição de fins prioritários, só depois cabendo a definição de qual o quadro institucional mais adequado a esses fins. O exemplo das Comissões de Verdade e Reconciliação é particularmente significativo a este respeito: elas têm sido plataformas insubstituíveis de debate de aspectos centrais dos processos de reconciliação local e nacional, onde questões vastas como o peso histórico de conflitos étnicos e/ou raciais sobre distintas propostas de construção do espaço político encontram um momento de expiação, permitindo uma discussão alargada e um processo altamente exigente e salutar de perdão e reintegração que um processo judicial normalmente não permite.

Em suma, diante dos resultados das experiências já ensaiadas, é bem claro que os caminhos de uma paz sustentável não coincidem com os de uma paz democrática de plástico, antes exigem recriações institucionais enraizadas na satisfação prioritária das necessidades de segurança humana e que correspondam às exigências locais mais genuínas.

b) O segundo vector é o de *uma abordagem multicultural ao conceito de democracia e de desenvolvimento*. Tomemos o caso de Moçambique (e, em geral, dos países africanos que experimentam processos de paz) como base de análise. As comunidades rurais constituem a clara maioria dos moçambicanos (cerca de 80% da população), sendo sobre quem mais incidem os projectos de desenvolvimento. Todavia, devido à manutenção de um aparelho Estatal que centraliza administrativamente o país, fraca é a capacidade de participação democrática nas deliberações sobre os processos de promoção económica sustentável em que Moçambique participa. Eis um primeiro aspecto deste desafio: como integrar as autoridades tradicionais num modelo de administração democrática, de modo a reforçar a legitimidade dos órgãos políticos e, com isso, a conferir maior sustentabilidade à paz. Mas há um segundo aspecto desta questão: o do conhecimento e das experiências locais.

Os saberes locais raramente são tidos em atenção nos projectos promovidos a nível internacional ou mesmo nacional com vista à construção da paz. Estes saberes têm por característica uma grande flexibilidade e adaptação à mudança, tanto os saberes “comuns” como os ritualizados. Todavia, para os vários cambiantes políticos que o estado pós-independência atravessou, a atitude em relação a estes saberes manteve-se, assente num racionalismo positivista que estigmatizou todas as explicações rituais do comportamento da natureza com base local e fora dos cânones modernos. Face a esta desestruturação dos saberes, as comunidades locais perdem duplamente suportes de

confiança: por um lado, num Estado que lhes é estranho; por outro, nas autoridades tradicionais às quais é retirado reconhecimento social.

Assim, somos de opinião que uma das prioridades de uma paz sustentável é a de recusar uma monocultura do saber (Santos, 2003a:247), contrapondo-lhe uma construção democrática e inclusiva dos sentidos de paz e de desenvolvimento, alicerçada numa articulação entre os olhares e os discursos de actores locais, nacionais e internacionais. Este conhecimento mais profundo e mais democrático, normalmente ausente dos programas de desenvolvimento e de *peace-building*, funciona como um espaço protegido onde é possível reavaliar as categorias impostas de fora, onde se nega uma determinada ordem imposta das coisas, onde se constrói uma política que marca a diferença.

c) A estreiteza de vistas em relação aos dois aspectos referidos, no quadro das políticas standardizadas de construção da paz, tem vindo a provocar uma transferência das anteriores lealdades e dos anteriores suportes de legitimação do espaço do Estado e do espaço do poder tradicional para actores neo-tradicionais como as Igrejas e os partidos políticos. Estes surgem as mais das vezes como poderosos elementos de mobilização popular, assumindo funções que cabiam ao estado ou às ditas autoridades locais. Todavia, a ausência de uma cultura pedagógica do sentido de democracia representativa, associada a uma ausência crescente do envolvimento popular rural nos processos de reconstrução nacional, leva a um agudizar das lealdades políticas que rapidamente degenera em confronto entre vários “partidos únicos”.

O desafio que se coloca aqui a uma paz sustentável é o da promoção de processos de redesenho das lealdades e das identidades, redefinindo pertenças sem homogeneizar “por cima”. Citando Amílcar Cabral, “o fundamento principal da unidade é que para ter unidade é preciso ter coisas diferentes”. Em última análise o que queremos evidenciar

como componente central desta agenda de paz sustentável é que é necessário evitar a todo o custo situações de (re)colonização interna em que determinados grupos, tomando o poder, perpetuam situações de subalternização dos outros grupos, herdadas da memória colonial.

Aceitamos como hipótese de trabalho a de que é a própria centralidade do Estado nas políticas de reconstrução pós-conflito que deve ser radicalmente questionada. Prioritário para uma paz sustentável é porventura mais o reforço das sociedades civis do que a solidez dos arranjos institucionais e das máquinas estatais. Uma paz sustentável arranca da respiração e da democratização sólida e profunda da sociedade civil, antes de chegar às instituições do Estado.

O campo luso-afro-brasileiro está hoje numa posição particularmente favorecida para materializar estas e outras propostas de redesenho da agenda para a paz. As experiências em curso nestes países no domínio da reconciliação e do envolvimento (ou falta dele) das comunidades e autoridades locais nos processos de paz constituem um capital imenso que urge explorar. A partir de uma investigação séria desses processos é possível adivinhar contribuições valiosas para a reforma das instituições e das políticas que possam promover uma paz sustentável genuína.